



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

JOÃO VITOR PEREIRA LIMA

**AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: uma análise bibliométrica das
publicações entre os anos 2014 a 2023**

ANGICAL DO PIAUÍ

2024

JOÃO VITOR PEREIRA LIMA

AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: uma análise bibliométrica das
publicações entre os anos 2014 a 2023

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Angical do Piauí.

Orientador: Prof. Me. João Vitor de Oliveira Sousa

ANGICAL DO PIAUÍ

2024

AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: uma análise bibliométrica das publicações entre os anos 2014 a 2023

João Vitor Pereira Lima¹
João Vitor de Oliveira Sousa²

RESUMO

A educação, como um direito social, é crucial para o desenvolvimento de um país e dos seus cidadãos. Mas, com a política de desinvestimento nas universidades, compromete a continuação do ensino público superior no Brasil. Nesse sentido, o presente artigo visa realizar uma análise bibliométrica abrangente das publicações acadêmicas relacionadas às ameaças ao ensino superior público no período de 2014 a 2023. Realiza-se, então, um estudo bibliométrico de abordagem quantitativa. A base de dados utilizada foi o Google Scholar. Diante disso, verifica-se que foi identificada a presença de 32 autores, 6 tipos de ameaças, 14 instituições associadas ao estudo sobre a temática e a predominância da abordagem qualitativa nos artigos analisados. **Palavras-chave:** ameaças; ensino superior; contrarreforma.

ABSTRACT

Education, as a social right, is crucial for the development of a country and its citizens. However, with the policy of disinvestment in universities, it compromises the continuation of public higher education in Brazil. In this sense, this article aims to carry out a comprehensive bibliometric analysis of academic publications related to threats to public higher education in the period from 2014 to 2023. A bibliometric study with a quantitative approach is then carried out. The database used was Google Scholar. In view of this, it appears that the presence of 32 authors, 6 types of threats, 14 institutions associated with the study on the topic and the predominance of the qualitative approach in the articles analyzed were identified.

Keywords: university; education; counter-reforms.

Data de aprovação: 05/06/2024

1 INTRODUÇÃO

As universidades públicas, como instituições sociais, foram estabelecidas no reconhecimento público de sua legitimidade a partir de 1920, pelo Decreto n.º 14.343,

¹ Graduando em Bacharelado em Administração. Instituto Federal do Piauí – Campus Angical. caang.2020119badm18@aluno.ifpi.edu.br.

² Mestre em Administração pela Universidade potiguar(PPGA-UnP). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Piauí(UFPI). Professor efetivo EBTT do Instituto Federal do Piauí. Instituto Federal do Piauí – Campus Angical. joao.oliveira@ifpi.edu.br.

em que foi criada a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Contudo, só em 1931, o governo de Getúlio Vargas, sob a liderança de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras, comumente conhecido como "Reforma Francisco Campos", onde foi estabelecido:

[...] a universidade poderia ser legítima, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (Oliveira, 2002, p. 3).

A educação, como direito social e fundamental, é crucial para o desenvolvimento de um país e dos seus cidadãos. A concretização da autonomia do conhecimento (especialmente face à religião e ao Estado) baseia-se, portanto, “na ideia de que o conhecimento é guiado pela sua própria lógica e pelas necessidades que lhe são inerentes, tanto a partir da sua invenção ou descoberta como da sua difusão” (Chauí, 2003, p. 5). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), a atribuição desta lei diz respeito ao ensino superior, situando a manutenção do ensino superior público na esfera federal (Saviani, 2004).

No que se refere à instituição de ensino, apesar da nova LDB e dos demais mecanismos legais, a universidade brasileira continua sendo regida pela estrutura decorrente nova reforma instaurada, e de acordo com legislação criada, complementada por um grupo de leis, decretos, portarias e resoluções, o Ensino Superior passou por expressiva expansão, sofrendo grande transformação em relação às variedades de instituições que passaram a compô-lo. Mas, com a nova LDB e demais dispositivos legais aprovados na década de 1990, decorrente da reforma instaurada pela Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Decreto n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969 (Saviani, 2004, p. 56), em função da limitação dos investimentos do setor público estatal, o financiamento destinado ao Ensino Superior foi sendo gradativamente reduzido, provocando queda significativa das matrículas em instituições públicas, causando uma redução ainda maior quando se analisa apenas o segmento federal de instituições públicas: sua participação no conjunto das matrículas passa de 20% em 1995 para 14,6% em 2003, no qual foi um dos primeiros exemplos de contrarreforma do estado sobre o ensino público superior, no entanto, as

ameaças ao ensino público superior vem se ampliando ao decorrer dos anos, com a fragilidade das universidades públicas, cortes orçamentários e a escassez de investimento nas instituições públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um pacto social que garante a vigência da educação como a principal política educacional, mas vem se regressando na maioria inviabilizada pelos contingenciamentos absurdos impostos sobre a educação. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é realizar uma análise bibliométrica abrangente das publicações acadêmicas relacionadas às ameaças ao ensino superior público de 2014 a 2023. Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa está voltada a: I) mapear as instituições de ensino mais frequentemente associados aos estudos sobre ameaças ao ensino superior público no Brasil; II) elencar os principais autores que publicaram sobre a temática; III) investigar as categorias e tipos de ameaças mais citados pelos autores; IV) apresentar as abordagens de pesquisa mais utilizadas. Desde a emenda constitucional de 1995, que congelou gastos públicos nas áreas sociais por 20 anos, com a justificativa de economizar, porém, congelando investimentos em áreas como saúde e educação, consequentemente de uma cruel política de autodomínio, o processo de desmonte das universidades públicas se agravou, tornando inviável o financiamento das instituições da forma que hoje temos.

Com a negligência ao ensino superior público, o número de matrículas vem diminuindo ao decorrer dos anos. O cenário da educação superior aponta uma disparidade, sendo que o número de matrículas se concentra nas instituições privadas de ensino, em torno de 75%, seja na categoria EAD ou presencial. Em 2018, apesar da observação de queda nas matrículas presenciais, as privadas registram uma taxa de 71,5% (Instituto Semesp, 2021, p.14).

Nesse contexto, a problemática da pesquisa em questão é como as ameaças enfrentadas pelo ensino superior público foram abordadas e evoluíram ao longo do período de 2014 a 2023, considerando uma análise bibliométrica abrangente das publicações acadêmicas, contribuindo a um maior debate da temática e a reflexão sobre o impacto das contrarreformas do Estado sobre as universidades públicas brasileiras.

O presente trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados obtidos e por fim as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho estrutura-se em quatro eixos principais: o ensino superior no Brasil, abordando seu processo histórico e sua expansão; a garantia da educação, compreendida como direito social assegurado constitucionalmente; os órgãos de apoio e fomento à educação superior e à pós-graduação, destacando sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico e científico; e, por fim, as ameaças ao ensino superior público, evidenciadas pelos cortes orçamentários, contrarreformas, precarização, mercantilização e privatização do ensino.

2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior brasileiro constituiu um acontecimento tardio, em comparação com os do contexto europeu e latino-americano. Em meados de 1820, a alta sociedade não via motivos para a criação de universidades no Brasil, como reflexo de sua política colonial. Consideravam que a elite brasileira procurasse o ensino europeu para realizar seus estudos de nível superior. A criação da universidade no Brasil, segundo Fávero (2006), ainda no período colonial, contou com a resistência de Portugal e dos próprios brasileiros, pois nesse período a elite brasileira recorreu aos centros universitários europeus quando se interessou em cursar o ensino superior.

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi a primeira Universidade, criada a partir de 1920, pelo Decreto n.º 14.343, mas só a partir de 1937 passou a se chamar Universidade do Brasil e, em 1965, recebeu o nome atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, foi estabelecido o “Estatuto das Universidades Brasileiras”, o qual determinava que o ensino superior fosse oferecido de preferência no sistema universitário de maneira pública (Oliveira, 2002).

O processo de expansão das universidades no Brasil é dividido em 3 fases. Segundo Vinhais (2013), na primeira fase, entre 1998 e 2002, ocorreu uma expansão no número de cursos e vagas de nível superior nas instituições federais de ensino. Na fase seguinte, de 2003 a 2006, ocorreu um crescimento na oferta de cursos, foram ampliadas para atender as necessidades de diferentes regiões, por meio da expansão

para o interior de vários Estados Brasileiros. Esta fase foi marcada pela criação de novas universidades federais e os campi universitários de instituições já existentes.

Por fim, na terceira fase, foi acrescentado o Programa de Apoio à Reorganização e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por intermédio do Decreto N° 6.096, de abril de 2007. O programa era parte do Plano focado na ampliação e desenvolvimento da Educação (PDE), para desempenhar o papel estratégico das universidades federais no desenvolvimento social e econômico.

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil pode ser entendido a partir de dois acontecimentos importantes. A primeira é a sua maturidade tardia, pois as primeiras instituições de ensino superior só foram criadas em 1808, e as primeiras universidades muito mais tarde, datada da década de 1930. O segundo ponto, é o desenvolvimento inicial de um sistema educativo privado forte, em paralelo com o setor público, quando deixou de ser a coexistência de ensino público e privado com objetivos iguais, como inicialmente, e passou a ser a dominação de um ensino privado, onde é ocupado apenas pela elite e famílias de classe alta.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), atualmente permanecem 195 universidades no Brasil, distribuídas em 26 estados e no Distrito Federal. O estado de São Paulo possui a maior quantidade de universidades, com 50 instituições, em seguida vem o estado do Rio de Janeiro, com 24 instituições, e o estado de Minas Gerais, com 23 universidades. Os estados com menor número de universidades são Roraima, com apenas uma instituição, seguido do Acre e do Amapá, com duas universidades cada. A tabela 1 a seguir mostra a distribuição de universidades brasileiras por estado:

Tabela 1– Números de universidades criadas por estados

ESTADOS	UNIVERSIDADES CRIADAS
AC	2
AL	10
AP	2
AM	5
BA	32
CE	21
DF	19
ES	12
GO	22
MA	15

MG	23
MS	10
MT	11
PA	16
PB	18
PE	20
PI	12
PR	21
RJ	24
RN	14
RO	1
RR	1
RS	24
SC	16
SE	13
SP	50
TO	10
Total	195

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Ministério da Educação (2023)

A distribuição das universidades brasileiras é excessivamente desigual, concentrada principalmente nos estados mais populosos e desenvolvidos, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Porém, ao longo dos anos, estados com menos instituições têm recorrido ao governo e se esforçado para aumentar o número de universidades.

No contexto socioeconômico, é essencial a relação entre a ciência, a tecnologia e as qualificações da mão-de-obra para promover o desenvolvimento nacional, exige ligações entre a indústria e as instituições científicas e educativas e confere aos governos um papel no fornecimento das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento tecnológico (Soete; Verspagen; Ter Weel, 2010; Lundvall, 2010).

2.2 GARANTIA DA EDUCAÇÃO

O direito à educação é a base de uma sociedade justa e igualitária, e a sua proteção legislativa é extremamente importante. O direito à educação, já foi consagrado desde a Constituição da República de 1934 (artigo 150, a, e parágrafo único, da Constituição da República de 1934), com uma sede constitucional, foi com especial atenção dos legisladores constitucionais de 1988, que a educação foi colocada como base para a promoção da igualdade de condições de admissão e

estudo, liberdade, diversidade de pensamento, livre acesso a locais públicos, valorização dos profissionais, gestão Democrática e garantia de padrões de qualidade (Brasil, 1988, cap. III, art. 206)

A Constituição como nosso documento maior que rege o país, assegura que A educação é um direito que se aplica a todos e obrigação do Estado e da família, onde será determinada e instigado junto a sociedade, objetivando o crescimento pessoal, e preparo para exercer sua cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, cap. III, art.205). O acesso à educação, tanto por parte da família quanto do estado, é essencial, sendo fundamental para a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional, a serem participantes ativos na sociedade, contribuindo ainda para a formação dos valores e caráter dos cidadãos.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, visando articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I–erradicação do analfabetismo; II–universalização do atendimento escolar; III–melhoria da qualidade do ensino; IV–formação para o trabalho; V–promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI –estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (Brasil, 1988, cap. III, Art. 214.).

O direito à educação é um dos mais importantes direitos sociais estampados na constituição, impondo à administração pública a obrigação de assegurar, com políticas públicas legítimas, esse direito concedido à população.

Com a expansão das instituições e seu protagonismo público, foram lhes concedidos direitos, como a autonomia no ensino, na pesquisa científica, na administração, nas finanças e na gestão de ativos, e seguir o princípio da indivisibilidade entre ensino, pesquisa e promoção (Brasil, 1988, cap. III, Art. 207).

2.3 ÓRGÃOS DE APOIO E FOMENTO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Uma fundação de apoio é uma organização criada para fornecer auxílio a projetos de pesquisa, ensino, extensão, crescimento institucional, ciência e tecnologia de interesse das agências educacionais federais, instituições de ensino

superior (IFES) e de pesquisa. Deve ser definida como uma fundação privada sem fins lucrativos, onde será orientada pelo Código Civil Brasileiro.

Bittencourt (2006), ao definir as relações entre as instituições federais de ensino superior e as fundações de apoio, define a função destas fundações:

Na verdade, o apoio claro ao ensino e pesquisa, na prestação de serviços muito bem definidos na gestão direta da atividade de ciência e tecnologia, é o real objetivo garantido e ditado pelo legislador ao editar a Lei 8.958/94, conforme evidência a própria Exposição de Motivos do projeto de lei que resultou nesse documento legal: “Neste contexto, as Fundações de Apoio cumprem funções específicas, especializando-se no conhecimento de políticas de atuação e procedimentos das agências de financiamento e fomento, nacionais e internacionais, no assessoramento à elaboração de projetos compatíveis com essas fontes e gerenciamento dos recursos obtidos com administração individualizada por cada projeto” (Brasil, 1994b, citado por Bittencourt, 2006).

Além das políticas públicas voltadas à educação, o apoio financeiro também é importante para promover a introdução, integração e expansão de cursos de pós-graduação no Brasil. Os recursos vêm de agências de desenvolvimento, instituições financeiras ligadas ao governo, e são fundamentais para sustentar programas de graduação e doutorado neste país. Oferece apoio a pesquisadores e pesquisas científicas, bem como à educação, recursos humanos e desenvolvimento científico e tecnológico. Sendo assim, Góes já havia enfatizado a importância dos órgãos de apoio e fomento à pós-graduação, quando declara em 1972:

Observamos que diversos órgãos federais (FNDCT, BNDE-FUNTEC, CNPq e CAPES) financiam cursos de pós-graduação como forma de aumento para salário dos funcionários, despesas de subsistência, bolsa para graduados e auxílio para suporte de equipamentos. É importante notar que a maioria dos recursos vem dessas fontes, o orçamento é baixo em comparação às universidades, que recebem um financiamento maior (Góes, 1972, p. 228).

A tabela 2 e 3 a seguir apresentam os programas de apoio e fomento à pós-graduação e ao ensino superior oferecidos pela CAPES e pela secretaria de educação superior (SESU), respectivamente:

Tabela 2 – Programas de apoio e fomento a pós-graduação

PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO	
DINTER	Novas Fronteiras
Programa de Demanda Social (DS)	
Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)	

MINTER E DINTER – CAPES/SETEC
Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP)
Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTEC)
Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES _ 2013)
Plano Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a -Participação do Recém-Doutores (PRODOC)
Programa de Formação Doutoral Docente (PRODOUTORAL)
Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)
Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)
Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS)
Programa Professor Visitante Sênior (PVS Capes-UNILA)
Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE
Pesquisa Pós-Doutoral
Estágio Sênior
Apoio a Eventos no Exterior (AEX)
Programa de Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
Grande Prêmio CAPES de Teses

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no CAPES.

Tabela 3– Programas de apoio e fomento ao ensino superior

ÓRGÃOS DE FOMENTO E APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR, IMPLEMENTADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU)
Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF)
Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)
Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL (MARCA)
Programa Educação Tutorial (PET)
Programa de Acessibilidade na Educação Superior
Programa Incluir
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
Programa Universidade para todos (PROUNI)
Programa de Bolsa Permanência (PBP)
Programa Bolsa Permanência Prouni (PBP Prouni)
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)
Reconhecimento e Revalidação de Diplomas Estrangeiros – Portal e Plataforma Carolina Bori
Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMM)
Política de Expansão das escolas médicas, no âmbito do Programa Mais Médicos
Residência Multiprofissional
Programa de Certificação de Hospitais de Ensino
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)
Programa de Apoio À Extensão Universitária (Proext)

Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest)
Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do MEC (2023).

Observa-se uma diversidade de bolsas e programas oferecidos que foram propostos e colocados em prática desde então, o que demonstra o incentivo por parte desses órgãos e do governo federal na expansão e desenvolvimento da graduação e pós-graduação brasileira.

2.4 AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

O ensino superior público enfrenta ameaças drásticas, desde reduções no financiamento até a promoção de ofensas e desrespeito são proferidas, infelizmente isso é feito por aqueles que deveriam zelar pelo bem-estar da educação pública.

No atual contexto, as alterações estabelecem evidentes ameaças ao futuro e sobrevivência do ensino público superior, cada dia mais corrompido por abuso de iniciativa política e financeira: contingenciamentos de recursos essenciais, cortes desmoderados; declínio dos órgãos de extrema importância como CNPq, Capes, instituições e fundações de pesquisa, diminuição exorbitante nos aportes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e uma extensa brecha para o mercado de instituições privadas dominarem a educação. Tais acontecimentos devem à negação da ciência como instrumento essencial na construção e desenvolvimento da humanidade, e para o enfrentamento da desigualdade e criação de políticas públicas mais afetivas.

Nesse sentido, o decorrer dos anos tem sido marcado por um evidente processo de contrarreformas, como passou a ser caracterizada atualmente, as quais têm tido ênfase nas principais e mais renomadas instituições, como as universidades. Tais acontecimentos ganharam força mediante inúmeros posicionamentos de diferentes governos, como: portarias, decretos, orientações normativas e emendas constitucionais ao decorrer dos anos, que têm implicação rigorosa sobre sua atuação e funcionamento. São incontáveis as tentativas do estado de estagnar e impor contrarreformas sobre as instituições públicas, tais como, portaria MEC 1.042/2015 centralização e controle de processos eletrônicos; EC 95/2016 (teto dos gastos); PEC 32 (reforma administrativa); Lei 173/2020 (congelamento de salários de servidores públicos federais, restrição de concursos

públicos e alteração da lei de responsabilidade fiscal); PEC 188/2019 (ajuste fiscal, pacto federativo); LOA 2021 (limite de orçamentos); minuta MEC Reuni Digital/2021 (prioriza EaD nas universidades públicas) e EC 109/2021 (gatilhos para a redução dos gastos públicos sociais e limite de investimentos). Tais atos, direcionados às instituições de ensino, evidenciam uma tentativa do Estado de configurar um desmonte do Estado Social e de direito garantido pela constituição, causando danos severos às instituições públicas, como as universidades (Farage, p. 383-407, 2021).

O período seguinte, considerado por Ferreira como “golpe jurídico-parlamentar-midiático” será grave para as áreas sociais. Um projeto que articula e privatiza o orçamento da educação, as consequências serão claras e serão sentidas nessas áreas afetadas, indicando retrocesso no mantimento e expansão do nível de ensino. Essa emenda constitucional (EC) nº95/2016, estabelece um teto de gastos nas áreas sociais por 20 anos, consequente das políticas neoliberais e das prioridades estabelecidas pelos governos sucessores, essa emenda alcançou a rede federal, que viu seu orçamento sofrer uma drástica baixa pelo ministério da educação (MEC). Essa diminuição dos custos em educação terá consequências diretas e indiretas na manutenção e desenvolvimento do ensino oferecido, especialmente no orçamento dos institutos federais. As despesas líquidas da educação diminuíram cerca de 16,65% entre 2016 e 2020 (Ferreira, 2022).

Conforme observado por Behring (2003), a reforma universitária está sendo implementada em combinação com as diretrizes de organizações internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas diretrizes estão orientadas pela busca pelo lucro, levando em consideração a oferta e a demanda de serviços educacionais, o que resulta em expansão, privatização, competição e interiorização do ensino superior no Brasil desde os anos 90.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa. De acordo com Vieira (2010, p. 107), “as pesquisas quantitativas são aquelas que se propõem a explicar, por meio de dados quantificáveis, as causas, as consequências e as inter-relações entre fenômenos”.

Durante o processo de pesquisa, os pesquisadores buscam fontes de informação para análise e interpretação dos dados. Sendo assim, o método de análise utilizado é a bibliometria, que é uma área de pesquisa da ciência da informação que, por meio de uma abordagem quantitativa, analisa dados bibliográficos como ano de publicação, atuação de países, periódicos, autores, dentre outros (Pimenta, et al. 2017; Merigó, et al. 2018). Ademais, trata-se de uma pesquisa de natureza básica e descritiva.

A questão de pesquisa norteadora dessa temática foi: como as ameaças enfrentadas pelo ensino superior público foram abordadas e evoluíram ao longo do período de 2014 a 2023?

A análise bibliométrica é realizada seguindo um conjunto de etapas, que incluem: (1) busca de artigos na base de dados; (2) identificação do período da amostra; (3) padronização dos dados; (4) apresentação dos resultados.

A base de dados utilizada foi a plataforma Google Scholar. Esta escolha se justifica pelo fato de a plataforma ter se destacado como uma ferramenta para pesquisadores e estudantes, oferecendo acesso rápido e fácil a uma ampla gama de literatura acadêmica de alta qualidade (Meho; Tibbo, 2003). A amostra foi composta pelos artigos publicados no período de 2014 a 2023.

No processo de levantamento de dados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “ensino superior”, “contrarreformas”, “ameaças”. Encontrou-se um total de 19 artigos, e a análise dos dados se deu mediante a utilização do software Microsoft Excel 2019. Com isso, os artigos utilizados foram selecionados de acordo com sua relevância.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da análise bibliométrica são apresentados na seguinte ordem: mapeamento das instituições de ensino mais frequentemente associados aos estudos sobre ameaças ao ensino superior público no Brasil, autores que mais publicaram sobre a temática, as categorias e tipos de ameaças mais citados pelos autores e as abordagens de pesquisa mais utilizadas pelos autores.

4.1 AUTORES QUE MAIS PUBLICARAM SOBRE AS AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

A tabela a seguir apresenta os autores que mais publicaram sobre o tema “ameaças ao ensino superior público no Brasil”, no período de 2014 a 2023. Identificou-se que 2 autores se destacaram, apresentando mais de uma publicação sobre a temática, e cerca de 30 autores publicaram apenas 1 artigo, no período analisado.

Tabela 4 – Número de artigos publicados

AUTORES	NÚMERO DE ARTIGOS
Eblin Joseph Farage	02
Ana Paula Ribeiro de Sousa	02

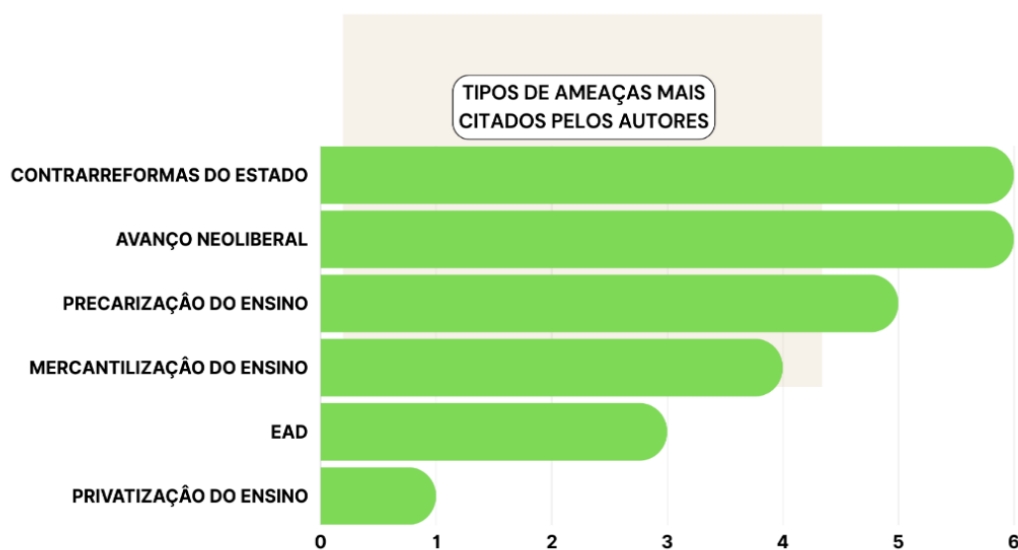
Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

Foi identificada a presença de 32 autores nos 19 artigos analisados. A tabela contém os nomes que publicaram mais de um artigo, destacando apenas 2 autores.

4. 2 TIPOS DE AMEAÇAS MAIS CITADOS PELOS AUTORES

O gráfico 1 apresenta os tipos de ameaças mais citados pelos autores, tendo como base os 19 artigos analisados.

Gráfico 1 – Tipos de ameaças



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

Segundo o gráfico, foram identificados 6 tipos de ameaças mais citados pelos autores, onde “contrarreformas” e “avanço neoliberal” se destacam, mencionadas 6 vezes nos artigos analisados. Logo em seguida, “precarização do ensino” e “mercantilização do ensino” são citados 5 e 4 vezes. E as categorias de ameaças menos citadas foram “EaD” mencionado 3 vezes e “privatização do ensino” apenas 1 vez.

4.3 MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO MAIS FREQUENTEMENTE ASSOCIADOS AOS ESTUDOS SOBRE AMEAÇAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

Na tabela 2, apresenta as instituições mais frequentemente associadas aos estudos sobre ameaças ao ensino superior público. Foram identificadas 14 instituições associadas ao estudo, onde 4 instituições publicaram mais de um artigo, e cerca de 10 universidades apresentaram apenas 1 artigo sobre o estudo.

Tabela 5 – Instituições mais associadas ao estudo sobre ameaças ao ensino superior público no Brasil

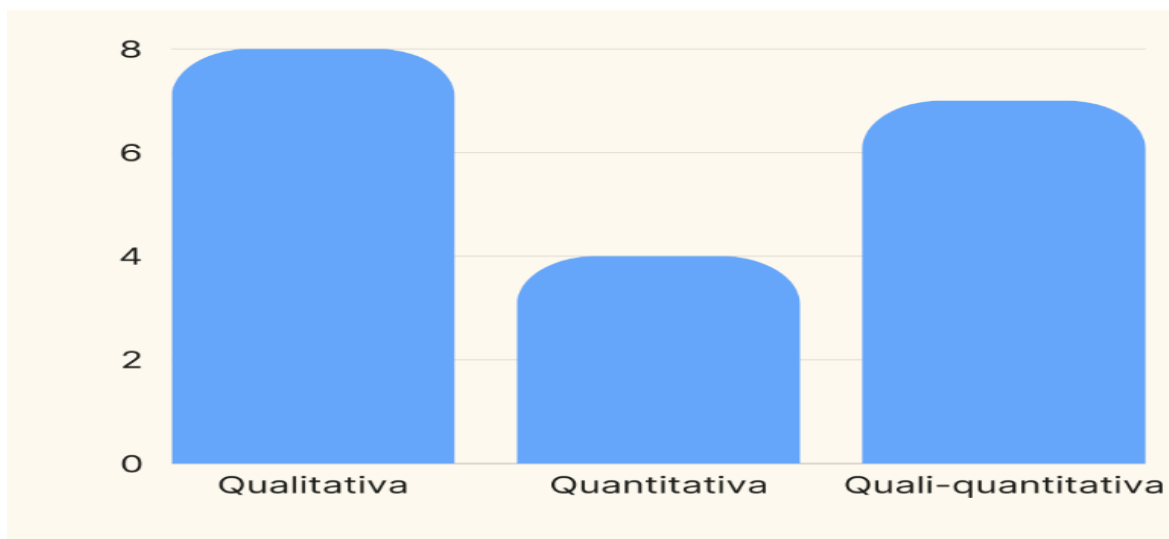
UNIVERSIDADES	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
UFF	Niterói, Rio de Janeiro	03
UFRJ	Rio De Janeiro	02
UFS	Sergipe	02
UFMA	Maranhão	02

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

4.4 ABORDAGENS DE PESQUISA MAIS UTILIZADAS

O gráfico a seguir apresenta as abordagens de pesquisa mais utilizadas. A análise identifica a predominância da abordagem qualitativa, aplicada (8) vezes, logo em seguida a quali quantitativa (7), e a menos empregada foi a quantitativa, utilizada apenas (4) vezes.

Gráfico 2 – abordagens de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo atendeu os objetivos propostos ao apresentar como as ameaças enfrentadas pelo ensino superior público foram abordadas e evoluíram ao longo do período de 2014 a 2023. Este estudo oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados por instituições de ensino superior públicas ao longo desses anos. Foram analisados 19 artigos de autores, identificados 6 categorias de ameaças, além de 14 instituições associadas ao estudo sobre ameaças ao ensino superior público e à predominância da abordagem qualitativa nos artigos analisados. Esses resultados indicam que, além das diversas ameaças identificadas e discutidas na literatura acadêmica, há também interesse em analisar ameaças ao ensino superior público no Brasil, envolvendo uma grande variedade de autores e instituições.

Este estudo procurou fazer apenas uma discussão prévia das ameaças ao ensino superior público, tendo em vista a limitação do uso de apenas uma plataforma de pesquisa. Sendo assim, é evidente a necessidade de um maior desenvolvimento de estudos e pesquisas nessa área, onde o tema precisa ser explorado com um olhar de forma mais séria e dada a sua devida importância, tendo em vista o desmonte das universidades brasileiras.

Sugere-se que estudos posteriores ampliem a quantidade de base dados, obtendo vantagens como análise mais profunda do tema, generalização dos

resultados e ampliação da amostra. Concluindo, a ampliação de base de dados pode enriquecer significativamente as análises e conclusões de estudos futuros sobre ameaças ao ensino superior público no Brasil, proporcionando uma visão mais abrangente e confiável do tema.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. C. da et al. **O papel das fundações de apoio como mediadoras entre os pesquisadores e os órgãos de fomento: um estudo de caso na FUNDEP.** 2009.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BITTENCOURT, F. M. R. Contratações públicas e fundações de apoio. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 43, n. 171, p. 307-351, jul./set. 2006. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_171/R171-22.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

FARAGE, E. **Contrarreforma da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico.** *Libertas*, v. 21, n. 2, p. 383-407, 2021.

FÁVERO, M. L. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.

FERREIRA, D. R. S. A. **Modo de regulação neoliberal e o fundo público no Brasil (2010-2020): a Emenda Constitucional n.º 95/2016 e o financiamento do Ministério da Educação.** 2022. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

GÓES, P. Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 224-231, 1972.

MEHO, L. I.; TIBBO, H. R. **Google Scholar: uma fonte para clínicos.** *Annals of Internal Medicine*, v. 139, n. 8, p. 672, 2003.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: UNESCO, 2002. p. 31-42.

PIMENTA, A. A. et al. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. Scientia: **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 4, n. 7, p. 1-13, 2017. DOI: 10.2039/rdbci.v17i0.8652810.

SAMAGAIA, J.; SILVA, L. R. da; CANUTO, R. B. As ameaças da contrarreforma do Estado para as universidades públicas brasileiras. Cadernos do CEAS: **Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 548-572, set./dez. 2021.

SAVIANI, D. A questão da reforma universitária. **Educação & Linguagem**, ano 7, n. 10, p. 42-67, 2004.

SOETE, L.; VERSPAGEN, B.; TER WEEL, B. **Systems of innovation**. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook of the economics of innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. p. [1159-1180](#).

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIEIRA, J. G. S. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.